

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES



Munir Neto ao lado de Elison diretor da escola estadual

Munir anuncia R\$ 1,5 milhão para reforma de colégio

O deputado estadual Munir Neto, do PSD, anunciou a liberação de R\$ 1,5 milhão em emendas para a reforma geral do prédio o CIEP 493, no bairro Vista Alegre, em Barra Mansa. A informação sobre o recurso foi dada pelo próprio deputado, que fez uma maratona e visitou ou-

tro colégio, também em Barra Mansa. Ele salientou que a visita aos colégios faz parte da rotina do mandato. A finalidade, de acordo com o deputado, é conhecer as necessidades de cada escola do município e articular junto ao Governo do Estado as possíveis soluções.

Visita em conjunto

Munir foi ainda ao Centro de Atendimento Integrado Osvaldo Aranha, em Dorândia, Barra do Pirai. O local é mantido pelo Governo do Estado e abriga 59 mulheres, com transtornos mentais. De

acordo com o deputado, a visita, realizada junto com a secretária de Assistência Social de Barra do Pirai, Marina Tinoco, teve o objetivo de estreitar os laços entre a secretaria e a direção do abrigo.

'Ordem na casa'

Munir - que é presidente da Comissão da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa da Alerj - disse que o Centro utiliza muitos dos serviços das secretarias de Assistência Social e de Saúde de Bar-

ra do Pirai. "Por isso essa articulação é fundamental. A prefeita Katia Miki assumiu um município com muitas dificuldades, secretarias sem estrutura ou funcionando precariamente", afirmou.



Defensora Flávia Bhering discute ação em reunião

Processo de regularização de ocupação é retomado

O processo de Regularização Fundiária da ocupação Morada do Sol, em Volta Redonda, foi retomado. O local, desde 1973, é considerado núcleo urbano e tem a infraestrutura essencial, restando apenas a titulação dos ocupantes como donos de suas casas. Na semana passada, a Defensora do Núcleo de Tutela Coletiva,

Flávia Bhering, realizou reunião com o presidente do ITERJ, Robson da Silva, o Gerente de Regularização Fundiária, Luiz Cláudio, e o Defensor Público que atua no Instituto, Walter Elycio, além de lideranças e moradores da Ocupação. Detalhe: a ação de reintegração já perdurava por nada menos do que 28 anos.

Etapas do processo

O encontro realizado pela Defensoria foi fundamental para que o processo fosse reaberto. "A reunião permitiu a parceria com o ITERJ, para a realização das etapas iniciais da REURB-S na ocupação de forma gratuita para os moradores. As etapas consistirão em vistoria

técnica, levantamento topográfico, pesquisa fundiária, identificação das famílias e realização do cadastro socioeconômico, elaboração e aprovação do projeto de parcelamento da área e entrega do termo provisório", explicou a defensora Flávia Bhering.

Reforma em unidade de saúde

Mais uma conquista para a Saúde de Barra Mansa foi anunciada nesta terça-feira, 1º de abril, pelo prefeito Luiz Furlani, do PL. Ele esteve na UBS Sirene Vila Nova para assinar a autorização de retomada das obras de reforma da unidade, que passa por uma ampla intervenção

estrutural. Dos 661 m² construídos, passará a ter 811 m², com novos consultórios, recepção, banheiros, fachada e climatização. O investimento para a finalização da reforma é de cerca de R\$ 410 mil. Os trabalhos devem ser concluídos em, no máximo, seis meses.

Proposta de reajuste da CSN será votada pela internet

Metalúrgicos também irão decidir sobre a renovação do turno

As votações da renovação do turno da Usina Presidente Vargas e do acordo coletivo da categoria - com data base em 1 de maio - vão ocorrer na próxima sexta-feira (04) de forma online, das 6 às 17 horas. O Sindicato dos Metalúrgicos anunciou que o link e o QR Code para a votação serão disponibilizados no dia da votação (04 de abril), a partir das 6h. A plataforma que será usada para a votação é reconhecida pelo Ministério do Trabalho, segundo informou o sindicato.

A participação de cada trabalhador é essencial nesse momento decisivo para a categoria. O voto não é apenas um direito, mas uma ferramenta poderosa para conquistarmos juntos um acordo que realmente atenda às necessidades e demandas do trabalhador - disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Odair Mariano, que iniciou as negociações com a CSN, no início de março.

As propostas de aumento

A proposta da CSN é de reajuste salarial de 5,85% para salários de até R\$ 5 mil e de 4% para valores superiores, além do aumento do cartão alimentação para R\$ 1.090,26 a partir de maio de 2025. Também estão previstos o reajuste do auxílio-creche para R\$ 738,83 e a renovação do banco de ho-



Sindicato anuncia anunciou que link e QR Code estarão disponíveis no dia da votação

ras do cartão alimentação, com um crédito extra de R\$ 900. O Acordo de Abono prevê o pagamento de 1,5 salário ao público operacional no próximo dia 17 de abril.

O Acordo de Turno, com vigência de 2025 a 2027, propõe um bônus de R\$ 5.541, sendo R\$ 4 mil pagos em dinheiro e o restante em crédito no cartão alimentação. Uma das novidades deste acordo é a inclusão dos bombeiros, algo que anteriormente não era concedido à categoria.

Votação polêmica

Em 2023, os metalúrgicos da CSN, aprovaram, em votação realizada na Praça

Juarez Antunes, a proposta pela manutenção do turno de revezamento de 8 horas, que vence este ano. A votação durou o dia todo e foi encerrada às 17 horas.

Na ocasião, o sindicato era presidido por Edimar Miguel e a campanha pelo turno dos empregados foi marcada por pressão. Edimar Miguel fez uma intensa defesa pelo turno de seis horas na Usina Presidente Vargas, marco da revolução industrial no país, com sede em Volta Redonda, mas sem êxito.

Edimar ressaltava, na época, que o atual turno de 8 horas não é vantajoso para os empregados e que o turno de seis horas abriria novas oportunidades

de emprego. Nossa posição ao turno ininterrupto de revezamento é pela jornada de 6 horas. "Não vamos permitir mais perdas para os metalúrgicos", disse o sindicalista, na época.

Além disso, o sindicato chegou a fazer uma audiência na Câmara Municipal de Volta Redonda, no início de outubro, com a participação de outros sindicatos e de trabalhadores. A discussão mobilizou vários segmentos do município, que já viveu momentos trágicos, marcados até por morte de metalúrgicos, diante de movimentos liderados pelo Sindicato dos Metalúrgicos em busca de melhores condições de trabalho na CSN.

Tribunal Superior do Trabalho manda Siderúrgica reintegrar dez demitidos

Nova reviravolta no caso dos dez metalúrgicos demitidos da CSN. A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou o recurso da empresa para manter a dispensa dos operários que formaram uma comissão interna para buscar negociar com a empresa condições de trabalho para seus empregados. Para a Turma, a relação de trabalho foi rompida por ato discriminatório.

Segundo depoimento dos trabalhadores, eles participaram de negociações coletivas de forma paralela, sem a participação do sindicato da categoria, para reivindicar direitos como reajustes salariais, fim do banco de horas e participação nos lucros. No fim, elaboraram, como porta-vozes dos empregados, uma pauta de pedidos a ser entregue ao sindicato de classe e também à CSN.

O objetivo, segundo o grupo, foi, junto com o sindicato, buscar eleger uma comissão de trabalhadores, elaborar e aprovar uma pauta de reivindicação a ser entregue à empresa para que, a partir daí, a entidade pudesse assumir a frente das negociações junto com a comissão.

Contudo, a empresa, em



Divulgação Gerdau

Para Turma, relação foi rompida por ato discriminatório

plena campanha salarial, demitiu nove membros da comissão. Para os trabalhadores, a atitude foi "totalmente antissindical e intimidatória".

Em defesa, a CSN disse que se tratava de um pequeno e inexpressivo grupo, composto por empregados que não eram da categoria, sem nenhuma representatividade formal dos trabalhadores. Segundo a siderúrgica, os industriários passaram a incitar a paralisação ilegal das atividades, sem aviso prévio, com o uso de meios não pacíficos (coação e ameaça) e sem o apoio do sindicato.

Dispensa foi considerada abusiva

Em novembro de 2022, a 2ª Vara do Trabalho de Volta Redonda considerou a dispensa discriminatória e determinou a reintegração do grupo. Segundo a sentença, houve conduta antissindical da CSN ao demitir os 10 empregados em razão de suas atuações. A decisão ressalta que a pauta de reivindicações foi entregue à CSN e ao sindicato e que o movimento foi pacífico e ordeiro.

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região manteve a sentença, o que fez a CSN

recorrer ao TST. Seu argumento era de que os trabalhadores não observaram os requisitos para o exercício do direito de greve nem assumiram o direito de representação sindical, já que agiram informalmente. Assim, a dispensa não poderia ser classificada como conduta antissindical.

TST confirma ter havido abuso de direito

A relatora, ministra Maria Helena Mallmann, ressaltou que o fato de o sindicato não estar representado num movimento reivindicatório promovido por uma comissão de trabalhadores não impede o reconhecimento da dispensa como ato antissindical.

Mallmann observou que, apesar de a manifestação dos industriários não ser um movimento grevista no sentido estrito, já que não contou com a atuação do sindicato, é evidente o caráter sindical das reivindicações formuladas, pois diziam respeito à categoria profissional representada pelos trabalhadores. "Foi legítimo o movimento promovido, e o empregador não deveria desmobilizá-lo ou inviabilizá-lo", concluiu.

*Informações do TST

Projeto discute entrega de documentos

meira discussão na Alerj nesta terça-feira (1).

A medida visa oferecer mais comodidade e praticidade aos cidadãos, reduzindo custos com deslocamento e tempo de espera. "Essa iniciativa facilitará a vida da população, especialmente de idosos e pessoas com deficiência, que muitas vezes enfrentam dificuldades de mobilidade para retirar seus

documentos nas unidades do Detran", destacou Cozzolino.

O serviço de entrega domiciliar será opcional, mantendo-se a possibilidade de retirada presencial. O pagamento pelo envio será feito pelo usuário diretamente ao Detran-RJ, por meio de guias bancárias, plataformas digitais ou outros meios estabelecidos pelo órgão, que repassará integralmente o valor

à empresa responsável pela entrega.

Além do projeto de lei, Cozzolino também apresentou a Indicação Legislativa 428/2025, sugerindo ao governador Cláudio Castro que o Detran-RJ passe a emitir documentos em agências dos Correios, ampliando o atendimento e reduzindo filas e dificuldades nos agendamentos.